



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo nº /2023

**SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA
PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA**

5

Tuiuti/SP, 07 de agosto de 2023



HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
07-08-2023	1.0	Finalização da primeira versão do documento	D.E.



Estudo Técnico Preliminar nº 21/2023

1. Informações Básicas

1.1. Processo Administração nº /2023.

2. Descrição da necessidade

- 2.1. O Transporte Escolar Rural é definido pelo deslocamento dos alunos da rede pública de educação, que residem e/ou estudam em áreas rurais, ocorrendo a partir de suas residências ou um ponto de embarque, possibilitando o acesso às unidades de ensino, por meio de veículos escolares. Seu objetivo é a realização do deslocamento dos alunos no trajeto casa-escola-casa para facilitar o acesso e a permanência destes nas escolas, melhorando as condições da oferta do ensino público. O Transporte Escolar é garantido pela Constituição para o ensino básico da rede pública, sendo assim, serão apresentados aspectos legais que asseguram o cumprimento desta Política Pública pelo Estado (FNDE):
- NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
- A Constituição Federal de 1988 assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação. Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
- VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).
- NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL: A Lei nº 9.394/96 (com acréscimo da Lei nº 10.709/2003), mais conhecida como LDB, também prevê o direito do aluno no uso do transporte escolar, mediante a obrigação de Estados e Municípios, conforme transcrição abaixo:
- Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:
- VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31/7/2003).
- Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:
- VI - Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal (incluído pela Lei nº 10.709, de 31/7/2003).
- A Lei nº 10.709 foi instituída com o escopo de alterar a Lei nº 9.394/96, incluindo nos artigos 10 e 11 os incisos VII e VI para determinar competência aos Estados e Municípios em garantir o transporte para os alunos de suas respectivas redes de ensino. Vale destacar que o artigo 3º desta lei possui um dispositivo de suma importância para negociações entre os Estados e Municípios, de forma a prestar um atendimento de qualidade a todos os alunos que precisam do transporte para ter garantido o seu direito à educação.
- Art. 3º Cabe aos Estados articular-se com os respectivos Municípios, para prover o disposto nesta lei da forma que melhor atenda aos interesses dos alunos.



Os serviços ora solicitados têm como objetivo atender os alunos cujas as distâncias e acessos às unidades educacionais interferem no cotidiano escolar dos mesmos matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, residentes em várias localidades da zona rural. Para alunos residentes na área urbana que se enquadrem no disposto na Resolução SE 27, transportando-os diariamente, ou seja, durante 12 (doze) meses, de atendimento misto das zonas rurais e urbana, bem como Escola Estadual da zona urbana.

- 2.2. A Prefeitura Municipal de Tuiuti - SP, São Paulo, necessita contratação do objeto deste ETP para atender o as necessidades do Departamento de Educação.
- 2.3. Neste contexto, se faz necessário a aquisição dos seguintes produtos e especificações:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Linha 5</p> <p>Percursos: Saída da E.M. Profª Ophélia Garcia Bertholdi, E.E. Prof. José Tavares , E.M Profª. Iracema Cunha Lima, segue para o bairro do Passa Três, passando pelo Bairro dos Godoy, Sertãozinho, até o bairro dos Machados, no ponto final dos Albinos, seguindo até a E.M. José Pires de Camargo, retornando para Tuiuti, até a E.M Profª Ophélia Garcia Bertholdi, E.E. Prof. José Tavares, E.M Profª. Iracema Cunha Lima.</p> <p>O trajeto, conforme a necessidade, pode sofrer alterações, mudança de sentido, entre outros.</p> <p>Ao seguir até o Bairro dos Godoy, de acordo com a necessidade poderá utilizar as Estradas Sebastião Frazão ou Estrada José de Camargo (Estrada da Granja do Hamilton).</p> <p>Obs: Percorre as adjacentes necessárias, para atender a demanda da E.M. “José Pires de Camargo”, da E.E. Prof. “José Tavares”, E.M. Profª “Ophélia Garcia Bertholdi”, E.M Profª. “Iracema Cunha Lima”</p> <p>(01 Micro-ônibus com capacidade mínima de 31 lugares).</p> <p>Disponibilidade do veículo para início imediato.</p>	25089	km	15.300	7,535	115.285,50



<p>Períodos:</p> <p>Manhã: 6h às 6h50.</p> <p>Tarde: 11h50 às 12h50 e 17h50 às 18h50.</p> <p>Km diária: Aproximadamente 76,5 quilômetros, com variação de até 25% (vinte e cinco por cento).</p> <p>Contratação por 200 dias letivos.</p>					
--	--	--	--	--	--

3. Requisitantes

- 3.1. Departamento de Educação.
- 3.2. Responsável pela Divisão de Transporte Escolar: Aline Aparecida Cardoso Dari-olli;
- 3.2.1. Responsável pelo Departamento: Kelly Meire Jadach Jardim.

4. Descrição dos requisitos da aquisição/contratação

- 4.1. As especificações dos itens encontram-se no Termo de Referência deste documento, contratação de empresa especializada para prestar serviços de transporte escolar – Linha 5. Os itens solicitados deverão atender, obrigatoriamente, todas as disposições legais e normas técnicas vigentes.

5. Pesquisa de preços

- 5.1. Com fulcro nas fontes de preços praticados nos âmbitos do Comprasnet, Bec, Licitações-e, Caixa Econômica Federal e outras plataformas de compras eletrônicas oficiais, bem como em levantamentos realizados de compras efetivadas por outros entes federados e, na ausência desses preços, com base em pesquisa realizada junto à fornecedores do ramo, constatamos os preços de mercado são aqueles inseridos no item 01 deste ETP.

6. Julgamento por item

- 6.1. A jurisprudência vigente é que o critério de julgamento das licitações deve ser o de menor preço por item, podendo, com a devida motivação e justificativas técnicas necessárias, ser utilizado o critério de menor preço por lote/grupo ou até mesmo o maior desconto incidente sobre tabela referencial oficial.
- 6.2. Neste contexto, entendemos que o julgamento deve ser processado pelo critério de menor preço por item, eis que esse critério propicia maior competitividade e preserva a igualdade entre os licitantes.



7. Estimativa global da contratação

7.1. Conforme consta no item 1, o preço estimado global desta aquisição/contratação é de R\$ 115.285,50 (cento e quinze mil e duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).

8. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

8.1. Conforme acima aduzido, o parcelamento, ou seja, a entrega de um mesmo produto por vários fornecedores, não se mostra viável, em função da logística de distribuição e controle, que a Administração deve adotar.

8.2. Desta forma, os itens serão julgados por item, sendo vencedor responsável pela entrega da totalidade do quantitativo licitado, durante o prazo contratual, podendo ser a entrega única ou fracionada, desde com as necessidades da Prefeitura.

9. Resultados pretendidos

9.1. O transporte escolar no Município de Tuiuti atende em média 949 alunos indicados, somente nessa linha são 25 alunos indicados.

10. Fiscalização

10.1. A Administração designará fiscal para acompanhar a execução contratual, devendo o fornecedor atender suas solicitações.

10.2. A gestão do contrato será também confiada à servidor formalmente designado.

11. Mapeamento de riscos

11.1. O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da aquisição/contratação e gestão contratual. Para identificar o risco, define-se a probabilidade de ocorrências de eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como identificação dos responsáveis por ação.

11.2. A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão:

Risco	Probabilidade /impacto	Dano	Ação
Questionamentos excessivos no pregão	baixo	Legitimidade do edital	Atender a lei e dispor de regras claras, transparentes e atendam os princípios básicos
Licitação deserta	baixo	Licitação fracassada	Ampliar prazo legal de apresentação de proposta e não constar especificações



			desarrazoadas dos itens
Adjudicatário (vencedor) se recusa a firmar a ata ou contrato	Baixa/alto	Erro na proposta ou preço inexequível	Proceder avaliação dos preços ofertados, promovendo-se a desclassificação, após diligências, do fornecedor com preços nestas condições.
Incapacidade de a empresa vencedora executar o contrato	Baixo/alto	Erro na proposta, preço inexequível ou aumento de preços de mercados.	Idem anterior; facultar no edital a possibilidade de empresa contratada pleitear a recomposição, mediante apresentação de documentos comprobatórios das ocorrências.
Falência da empresa	Baixa/alto	Empresarial/Atraso no fornecimento do item.	Exigir garantias contratuais
Falta de produtos ou atraso entregas	Baixa/alto	Atraso no fornecimento do item.	Exigir garantias e verificar margem de segurança da quantidade em estoque do produto

12. Declaração de Viabilidade

12.1. A equipe de planejamento declara ser viável a solução ora empregada.

13. Justificativa da viabilidade

13.1. A equipe de planejamento declara viável a aquisição/contratação do objeto com base neste ETP, consoante disposições legais vigentes.

14. Responsáveis

14.1. Requisitante: Kelly Meire Jadach Jardim.

14.2. Departamento: Departamento de Educação.